

**A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DAS LÍNGUAS
NA GALIZA, EM PORTUGAL E NO BRASIL**

Nilsa Areán-García (USP)

nilsa.garcia@usp.br

RESUMO

A partir de dados históricos e sociais é elaborada uma descrição do desenvolvimento na Galiza, em Portugal e no Brasil, das línguas galega e portuguesa, que, dando continuidade ao artigo publicado no número anterior desta, compartilham uma origem comum. Ademais, na conclusão, é feito um apanhado geral das várias influências que se refletem no léxico do português e do galego.

Palavras-chave: Português. Galego. História social do português e do galego.

1. Panorama histórico da Galiza

Segundo Saraiva (1999, p. 44), no final do século IX, as condições políticas de Leão e Castela tinham mudado, a administração foi aperfeiçoada e a influência dos cluniacenses fez-se sentir, principalmente nas modificações dos cultos cristãos e dos escritos eclesiásticos em latim. Assim, Afonso VI de Leão e Castela conquistou grande prestígio na Europa cristã, fornecendo uma considerável parte dos recursos para a construção de Cluny III, um templo majestoso. Dessa ligação com Cluny, Afonso VI casou suas duas filhas com os duques de Borgonha da alta nobreza do reino franco. E como tal, entregou-lhes à Dona Urraca, casada com Dom Raimundo de Borgonha, o governo da Galiza e à sua filha Dona Teresa, casada com Dom Henrique de Borgonha, o condado Portucaleense. O rei Afonso VI havia conseguido impor o seu grande poder à maior parte da Península Ibérica. Os solenes títulos que usou: *Imperator super omnes Spaniae nationes*, em 1087, e *Hispaniae Imperator*, em 1091; traduzem sua intenção de acabar com as fronteiras na Península e conduzi-la a uma unidade política, sob seu poder. De acordo com Saraiva (1999, p. 45), as nomeações da Galiza e de *Portucale* tiveram a intenção de refrear as tendências de autonomias, mais de uma vez reveladas nas regiões mais afastadas do centro da coroa castelhana, substituindo nelas o governo de famílias locais pelos membros da família real. Entretanto, quando Afonso VI morreu, em 1109, desencadeou-se uma reação generalizada contra o crescente poder de Leão e Castela. A herdeira do trono, a rainha Urraca, disputou durante anos com o rei de Aragão a chefia política da Península e discutiu com o arcebispo de Compostela a autoridade

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sobre a Galiza. O conde de Astúrias revoltou-se e, vencido, refugiou-se em *Portucale*. É desse período também, o cerco de Guimarães, revolta liderada por Dom Afonso Henriques, filho de Dona Teresa de *Portucale*.

Conforme Monteagudo (1999: 99-100), o filho de Dona Urraca seguia pelo caminho natural de se converter o rei de Galiza, entretanto, em 1135, fez-se coroar rei de toda a Espanha, na Catedral de Leão, sob o nome de Afonso VII, fixando-se nos interesses da coroa de Castela. Nesse período a influência dos francos no norte da Península aumentou avassaladoramente, bem como o número de fundações monásticas da ordem de Cluny, facilitado, em parte, pela peregrinação a Santiago de Compostela. A cargo da criação dos filhos dos reis cristãos, estava, em geral, o clero de Santiago de Compostela, onde ocorreu uma elevação de nível cultural, dada também a influência francesa. Com a morte de Afonso VII, em 1157, houve a divisão dos reinos de Leão e Castela, de forma que Sancho ficou com Castela e Fernando herdou Leão, Astúrias e Galiza. Segundo Monteagudo (1999, p. 114-115), em 1230, as coroas de Castela e Leão uniram-se novamente com o rei Fernando III, que incorporou totalmente, as regiões e reinos de Astúrias, Galiza e Leão pela coroa de Castela, introduzindo de forma maciça o uso do castelhano por meio das classes dirigentes nesses locais. De acordo com Lorenzo (1994), a penetração de nobres de fala castelhana na região da Galiza foi intensa, e na aliança que ainda se mantinha com a antiga classe nobre e dirigente galega, era requisito indispensável falar castelhano para a comunicação. A “desgaleguização” se produziu, em princípio, nos âmbitos mais formais e posteriormente no campo familiar da nobreza. Os cargos civis e eclesiásticos mais importantes também foram concedidos a pessoas não galegas, e por estes e outros motivos o galego deixou de ser a língua das classes sociais mais altas, ficou reduzido ao âmbito de uso popular, rural, restrito à sua forma oral contribuindo para o seu total desprestígio social. Esse processo se intensificou com Afonso X, o mesmo rei que escreveu as Cantigas de Santa Maria em galego-português nomeou o abade de Valladolid como arcebispo de Santiago de Compostela.

Segundo Lorenzo (1994), em meados do século XIV, na disputa pela coroa de Castela, de 1366 a 1369, os nobres galegos apoiaram Dom Pedro I, mas quem subiu ao trono foi Dom Henrique II, o que fez com que, a Galiza fosse desprestigiada e seus dirigentes gradativamente substituídos por dirigentes da confiança do rei, em geral castelhanos. Mas a “desgaleguização” culminou no século XV, novamente na disputa pela coroa de Castela, a Galiza apoiou Joana, mas quem se tornou rainha foi

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Isabel, a Católica, que, durante seu reinado, exerceu uma grande repressão contra a Galiza, dando início aos Séculos Escuros para o galego e toda a sua literatura. De acordo com Mariño Paz (1999, p. 264), o estereótipo da personagem do galego imigrante pobre e rústico, já existente no período medieval, se popularizou a partir do século XV e se espalhou por toda a Península Ibérica, tomando como traço característico o seu falar e contribuindo para o desprestígio total da língua galega.

Assim, inicialmente na segunda metade do século XII, o galego disputava sua autonomia como língua, enfrentando o latim da igreja, o notarial e o literário. A partir do século XIII, o castelhano já começava a se impor como a língua de uma nação, começando a se sobrepor ao latim no campo notarial e literário. Com os reis católicos e a expansão marítima, o castelhano se sobrepôs às demais línguas espanholas. Mas, somente no século XVI, com o humanismo, o castelhano se impôs totalmente ao latim no campo literário, como também às outras línguas espanholas, e em particular ao galego.

Entretanto, de acordo com Monteagudo (1999, p. 117-121), a atividade literária não desapareceu totalmente. Encontra-se uma importante quantidade de mostras da literatura popular, elaborada anonimamente e divulgada na forma oral. Também se recolheram muitos versos que se cantavam por toda a península no tempo de Natal, e, ainda, se conhecem alguns autores que deixaram parte de seu trabalho poético em galego. Um exemplo é o *Soneto Renascentista de Isabel de Castro e Andrade*, Condessa de Altamira, composto no último terço do século XVI. São importantes também, os autores Gómez Tonel e Vazquez Neira com suas homenagens à rainha Dona Margarida de Áustria, que datam de 1611. Assim como os decassílabos escritos por Martín Torrado.

Segundo Mariño Paz (1999, p. 317-327), a situação de desprestígio começou a ser combatida somente no final do século XVIII, graças ao trabalho de alguns ilustrados que defendiam os direitos de uso do galego como qualquer outra língua. A figura mais relevante foi o Frade Martín Sarmiento, que não só se preocupou com o estudo da língua galega, como também denunciou a sua marginalização no âmbito educacional, administrativo e eclesiástico. A partir de Sarmiento, outros ilustrados, como o Padre Sobreira e José Cornide, passaram também a estudá-la e a defendê-la.

De acordo com Monteagudo (1999, p. 292-295), a invasão Napoleônica do século XIX contribuiu para despertar a consciência galega,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pois abriu as portas para a circulação de textos escritos na língua popular da região, como manifestos e panfletos, além das ideologias nacionalista e regionalista, respaldadas pelo crescente poder da burguesia. A consciência da Galiza diferenciada do resto da Espanha foi aumentando progressivamente e esta procura de identidade manifestou-se por meio de publicações nas quais os escritores e políticos valorizavam a sua cultura e região diante da opressão externa. Em 1848, houve o banquete de Conxo, no qual se confraternizaram estudantes e trabalhadores, e onde o “galeguismo” tomou características revolucionárias. Nesse contexto, começou a reivindicação do direito de Galiza administrar os seus próprios recursos e eleger seus próprios representantes. Em 1853, publicou-se o primeiro livro escrito em galego do século XIX: *A gaita galega*. O seu autor, Xoán Manuel Pinto, junto com Francisco Añón, Manuel Murguía e outros deram o primeiro passo para a normalização do galego e são conhecidos como o Grupo dos Precursores. Logo em seguida veio o *Rexurdimento*, ou seja, renascimento do galego, que é marcado pela publicação do livro *Cantares Gallegos* em 1863 por Rosalía de Castro, fazendo renascer a cultura lírica e popular, juntamente com outros escritores importantes da época, dentre eles: Curros Enríquez (*Aires da Miña Terra*, 1880) e Eduardo Pondal (*Queixumes dos Pinos*, 1886).

Nos primeiros anos do século XX, houve uma tomada de consciência sobre o galego por parte de diversas associações que conseguiram que a língua chegasse a ser normalizada não somente no campo literário. Entre elas: as *Irmandades da Fala*, a *Xeración Nós* e o *Seminario de Estudos Galegos*. As *Irmandades da Fala* foram constituídas em 1916, seu ideal foi difundido pela publicação da revista *A Nosa Terra*, e contemplava a defesa e habilitação do galego, com sua presença na escola e na administração pública. A partir daí a língua autóctone começou a ser habitual nos atos públicos e discursos políticos. A *Xeración Nós* realizava o trabalho de estudo e fortalecimento da cultura galega, defendendo o uso da língua em todos os campos. Criado em 1923, o *Seminário de Estudos Galegos* reunia muitos universitários para, em conjunto, publicarem os seus trabalhos em galego.

Entretanto, nesse período, os primeiros anos do século XX, a situação linguística do galego era muito diversificada. Vivendo na oralidade por tanto tempo produziu-se uma grande variedade dialetal e passou a ser designada como uma língua rural e rústica, própria das classes camponesas e do operariado exportado pelo campo galego. No âmbito urbano, prestes a desaparecer em favor do castelhano nas classes da elite, porém

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vista como a língua dos operários, segundo García Blanco, *apud* Monteagudo (1999, p. 332). Em relação ao mesmo período, Vilar Ponte (*apud* MONTEAGUDO, 1999, p. 332), afirma que ainda que já não fosse mais a língua da classe média, esta classe também não deixava de utilizar o galego, mesmo em ambiente familiar.

Durante a Segunda República Espanhola, o movimento político nacionalista galego conseguiu um considerável desenvolvimento, figurando entre as suas reivindicações a do reconhecimento para a Galiza de seus direitos idiomáticos. Em junho de 1936, foi aprovado o Estatuto de Autonomia de Galiza, que no seu artigo 40 estabelecia a oficialidade do galego. Porém, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola, todo o processo ficou paralisado, segundo Monteagudo (1999, p. 385-435).

A ditadura franquista foi um entrave para o desenvolvimento social e cultural na Galiza. Iniciou-se um duro período de repressão conhecido como a “longa noite de pedra”. O galego sobreviveu na Espanha, na clandestinidade, no contexto oral, na fala familiar e camponesa, e graças ao trabalho de associações culturais clandestinas como *O Galo* em Santiago de Compostela e *O Facho* n’A Corunha. Mas, também sobreviveu na fala dos galegos que emigraram, em particular os que foram para Buenos Aires, na Argentina, onde formaram grandes e importantes comunidades, associações culturais e filantrópicas que publicavam obras literárias e jornais em galego.

Depois da morte de Franco, o galego, que tivera o uso proibido durante os quarenta anos de seu governo, voltou ao estado diglósico semelhante ao que se encontrava no final do século XIX e XX. Entretanto, como resultado da Constituição de 1978, a Galiza recebeu um Estatuto de Autonomia, aprovado em 21 de dezembro de 1980, no qual se reconheceu e se legitimou o galego como língua oficial em toda a região. Iniciou-se, então, um resgate do galego por meio dos emigrantes e das comunidades que o falavam livremente fora de Espanha. Em 1983, a *Xunta de Galicia* promulgou a *Lei de Normalización Lingüística* a fim de favorecer a normalização e garantir a igualdade com o castelhano na administração pública, no ensino, na imprensa etc. Apesar dos progressos do galego em diversos campos, ainda há grandes lacunas no seu uso.

2. Panorama histórico de Portugal

Desde fins do século IX começaram a aparecer referências a um

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

condado Portucalense, de fronteiras muito imprecisas, mas que abrangia terras ao sul do rio Minho até ao sul do rio Douro, conforme Saraiva (1999, p. 42-49). A designação provinha da povoação *Portucale*, próxima à foz do rio Douro, conquistada dos muçulmanos e repovoada nos meados do século IX. As regiões mais ao sul formavam também um condado com sede em Coimbra, cujo governo foi exercido por uma família portucalense, até, novamente, cair em domínio muçulmano e voltar ao domínio cristão em 1064. Em 1128, Dom Afonso Henriques, filho de Dona Teresa de *Portucale*, liderou o cerco de Guimarães, uma revolta na qual se opunha à reintegração de terras do Condado Portucalense à Galiza, contrariamente às pretensões de sua mãe, Dona Teresa, de se apoderar do Reino de Galiza enquanto Dona Urraca se ocupava do reino de Leão e Castela. Em 1135, Dom Afonso VII proclamou-se imperador de Espanha, e começaram as guerras com seu primo Dom Afonso Henriques de *Portucale*, apoiado pelos barões portucalenses e pelos bispos de Braga e Coimbra que queriam obter a independência de suas dioceses. Já, em 1143, em carta ao papa Inocêncio II, Dom Afonso Henriques proclamou-se rei de Portugal, por meio de um censo pago à Cúria Romana. Entretanto, somente em 1179 tal ato foi reconhecido pelo Vaticano. Nesse período, já não havia o rei da Espanha e a força que impelia a unidade peninsular não evitara a fragmentação e, dessa forma, em 1179, Afonso Henriques era um dos vários reis cristãos existentes na Península Ibérica.

A fronteira do novo reino, quando Dom Afonso Henriques se intitulou rei, passava um pouco ao sul de Coimbra. O primeiro passo para o aumento do território se deu em 1147 com as conquistas de Santarém, Lisboa e Sintra. A última conquista foi a do Faro, em 1249. Durou, portanto, pouco mais de um século o período de expansão do território, tempo que comporta longos intervalos de paz, ganhos e perdas em consequência de contraofensivas muçulmanas.

De acordo com Saraiva (1999, p. 52-55), apesar das divisões e fraqueza interna dos reinos taifas, as forças militares portuguesas eram poucas, e foi, várias vezes, necessário recorrer à ajuda das tropas cruzadas vindas do Norte da Europa a caminho da Palestina quando faziam suas escalas nos portos portugueses. Os diplomatas encarregados de propor a colaboração guerreira eram bispos, que deviam convencer os chefes dos cruzados que tão santa era a guerra contra os “infiéis” da Península Ibérica como a cruzada para libertar o Santo Sepulcro e ao mesmo tempo ofereciam como pagamento o saque das cidades que caíssem em seu poder. Desse modo, Dom Afonso Henriques conquistou Lisboa, em 1147,

Dom Sancho I conquistou Alvor e Silves, em 1187, e Dom Afonso II dominou Alcácer do Sal, em 1217.

A conquista do território prosseguiu ao longo de toda a primeira metade do século XIII, com as numerosas expedições guerreiras no reinado de Sancho II. Parte das conquistas no Alentejo e no Algarve foi feita pelas ordens monásticas. O rei as recompensou com grandes doações de tipo semifeudal, nas quais a administração era entregue às ordens, que se tornavam proprietárias e organizavam o arrendamento de terras a lavradores estrangeiros. Assim, já no final do século XIII, fixaram-se os limites do que é hoje o território peninsular de Portugal.

Sabe-se que, a partir de 1255, na chancelaria do rei Afonso III de Portugal, a par do latim já se usava o português nos diplomas oficiais, de acordo com Mattos e Silva (1999). Dessa forma, na última década do século XIII, o rei Dom Dinis legalizou a língua portuguesa como língua oficial do reino, seguindo também nisso o modelo de seu avô, o rei Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela, que institui o castelhano como língua oficial. Entretanto, segundo Saraiva (1999: 52), foi a tomada, em 1147, de Lisboa, que veio a ter importância decisiva para o destino de Portugal e da língua portuguesa. O centro do país deslocou-se em direção ao sul, sem, entretanto, deixar de se localizar no litoral. Assim, os velhos interesses agrícolas foram substituídos pelos marítimos e mercantis, com cujo apoio se pôs fim na dinastia de Borgonha na segunda metade do século XIV, com a subida ao trono do Mestre de Avis, filho de D. Pedro I, contrariamente ao ensejo da nobreza. Houve, então, o surgimento de uma nova classe social: a burguesia de comerciantes e armadores de navios. Quando Portugal se lançou aos Descobrimentos marítimos, não apenas se destacou Lisboa, também o Algarve teve um importante papel com a Escola de Navegação de Sagres do Infante D. Henrique o Navegador, e a de Lagos dos armadores de navios e da Casa da Guiné.

Estes fatores histórico-sociais tiveram as suas repercussões linguísticas. É este provavelmente o período em que, pelos hábitos articulatórios próprios das populações moçárabes do Sul, o galaico-português importado do Norte transformou-se em uma língua fonética e lexicamente distinta do galego. A decadência a partir de 1350 da lírica galaico-portuguesa, que contribuía à formação de uma imagem de unidade linguística no oeste da Península, e o florescimento, sobretudo em Portugal, da prosa didática e histórica, gênero típico da época dos primeiros reis de Avis em que se reflete um pouco mais a língua falada, também fazem com que a ruptura entre as duas variantes linguísticas: a do norte e a do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sul do rio Minho, se note mais nítida e profundamente. Ao contrário do que acontecia no caso das cantigas, as diferenças existentes no que diz respeito à língua, entre obras portuguesas como a *Crônica Geral* de 1344, os *Livros de Linhagens*, o *Livro da Montaria de D. João I*, o *Leal Conselheiro do rei D. Duarte*, a *Demanda do Santo Graal* e as *Crônicas de Fernão Lopes e de Azurara*, por um lado, e outras galegas como a *Crônica Troyana* e a tradução da *Crônica Geral* de 1404, por outro, evidenciaram-se bastante e consideravelmente.

Os séculos XVI e XVII, de acordo com Saraiva (1999, p. 193-217), culturalmente foram uma época áurea das letras e artes portuguesas, e desde o ponto de vista linguístico, o instante em que o português conseguiu uma maior difusão no mundo, dada as colonizações, bem como os contatos portugueses com as demais potências, motivo pelo qual numerosas palavras exóticas adentraram no francês, italiano, inglês ou alemão por via portuguesa, mas também a existência nessas línguas de alguns lusitanismos puros que datam deste período, bem como vários neologismos de origem estrangeira que incidiram no português.

Na Idade Média, tinham sido o francês e o provençal os idiomas que contribuíram em maior grau para o enriquecimento do léxico português, nos séculos XVI e XVII foram o italiano e o espanhol. A Itália, como expoente durante o Renascimento, explica a abundância de italianismos introduzidos no português por esta época, enquanto que os espanholismos devem ser atribuídos não tanto aos sessenta anos de anexação a Espanha como à atração sobre a Europa durante os Séculos de Ouro das artes espanholas.

De maneira análoga a como Nebrija tinha feito na Espanha, alguns gramáticos começam a comparar as formas portuguesas com as latinas para eleger as mais “adequadas” à língua. Os primeiros gramáticos portugueses desta linha são Fernão de Oliveira com a *Gramática da linguagem portuguesa*, em 1536, e João de Barros com a *Gramática da língua portuguesa*, em 1540, mas sucedem-se muitos outros através de todo o século XVI, XVII, primeira metade do XVIII, e no século XIX. O século XVIII português, contudo, foi mais crítico que criador e manteve-se como o marco da fixação da língua. As modificações fonéticas posteriores não vieram a ser registradas pela ortografia e, muitas das vezes, não foram adotadas pela fala do Brasil.

Do século XVIII é também a Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, contribuindo para a fixação da língua, por meio do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

primeiro Vocabulário Português e Latino em dez volumes, publicado entre 1712 e 1727, de autoria de Bluteau. De finais do mesmo século data o Dicionário de Morais Silva, considerado como um dos mais ricos para o estudo do português da época.

Já no século XIX, e durante o Romantismo, a perfeição do estilo é sacrificada ao vigor da expressão e o uso de palavras estrangeiras torna-se lícito. Assim, abundam os galicismos e algumas estruturas sintáticas do francês. Da mesma maneira, há uma nova entrada de espanholismos, determinada pela atração que exerce Espanha como pitoresca e heroica devido à resistência a Napoleão. Também a Itália contribuiu para o enriquecimento do léxico português neste tempo, ao passo que entraram no idioma a primeira leva de anglicismos.

Com o movimento realista e a entrada do século XX, houve uma abertura maior para a utilização de palavras vulgares e quotidianas, que até então estavam reclusas no ambiente familiar e popular. Entretanto, segundo Saraiva (1999, p. 357-366), durante a ditadura de Salazar, de 1933 a 1974, houve a repressão não apenas política, mas cultural, refletindo-se no desenvolvimento conservador da língua, pois nesses quarenta anos, o país praticamente ficou isolado geograficamente e culturalmente. Neste período, houve a emigração portuguesa em massa para vários países europeus, bem como para Canadá e Estados Unidos. Com a Revolução dos Cravos, em 1974, além de haver uma mudança política no país, ocorreram também mudanças socioculturais. Muitos emigrantes retornaram trazendo consigo já uma influência linguística estrangeira. Nessa época, Portugal perdeu suas colônias africanas e recebeu, em contrapartida, uma grande quantidade de luso-descendentes foragidos das guerras, promovendo uma retomada das influências linguísticas africanas.

Segundo Saraiva (1999, p. 375), em junho de 1985, com a adesão e a integração de Portugal à Comunidade Europeia, houve mudanças profundas sob muitos aspectos da vida e da cultura portuguesa, que provocaram mudanças linguísticas, principalmente no léxico, com a entrada de palavras globais. Nesta fase, Portugal atraiu a imigração proveniente das suas ex-colônias, recebendo então, influências diretas dos falares africanos e brasileiros. A influência brasileira ocorre também pelos meios de comunicação como: revistas, livros, programas de rádio e televisão, e, em particular pelas telenovelas e entrevistas com jogadores de futebol.

Dessa maneira, ainda que o português seja uma unidade linguística, nele há uma grande variedade. Assim como a Espanha tem a sua divi-

são de falares provenientes do processo de Reconquista, em Portugal também pode-se traçar um paralelo com o processo de Reconquista, associando-o ao reconhecimento de áreas dialetais. Nas zonas setentrionais, conservam-se tipos léxicos arcaicos, alguns deles quase totalmente desaparecidos no resto da România, bem como, ao norte, ainda há um contato o galego, enquanto que nas zonas centro-meridionais encontram-se, tipos lexicais do centro da Espanha.

Assim no território português, diferentemente do galego, houve um desenvolvimento distinto do idioma, dadas as condições sócio-históricas e políticas que privilegiaram a língua portuguesa.

3. Panorama histórico do Brasil

Segundo o Prof. Dr. Aryon D. Rodrigues, da Universidade de Brasília (UnB), quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, havia mais de 1.000 línguas no país, faladas por índios. Deste modo, a língua portuguesa no Brasil passou a ser praticada em uma relação de espaço e tempo diferentes dos de Portugal, relacionando-se com as línguas indígenas como um traço inovador em relação ao português lusitano.

A colonização portuguesa no Brasil começou pelo litoral, a partir de 1532, com a fundação de São Vicente e Piratininga, para a exploração de pau-brasil e a criação de engenhos de cana-de-açúcar. Nesse período, diversas comunidades de falantes de línguas da família Tupi habitavam o litoral entre o Maranhão e o Paraná, havendo entre elas uma grande proximidade linguística. A partir do tronco tupi, criou-se uma língua geral comum a índios e não-índios, sendo referida por viajantes e missionários como a língua dos índios, língua brasílica, língua da terra, língua do Brasil; uma língua franca da costa brasileira, que foi documentada pelos jesuítas, por exemplo, em a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, do padre José de Anchieta (1595). No século XVII, quando da colonização das regiões do Maranhão e Amazonas, usou-se outra língua-geral, conhecida como linguagem amazônica, usada ainda hoje, mas de forma restrita. Entretanto, a língua oficial do Estado era o português. Convém ressaltar que durante o século XVI e XVII, a língua portuguesa passou a sofrer concorrência direta com outras línguas oficiais: o holandês no nordeste e o francês no litoral sudeste, que também deixaram suas influências.

Com a saída dos holandeses, em 1654, intensificou-se o processo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

português de colonização. A população, cuja maioria era de índios, passou a receber um número cada vez maior de escravos africanos e de portugueses que chegavam com o *status* de senhores. O tráfico de escravos começou com o cultivo da cana-de-açúcar em São Vicente, no Recôncavo Baiano e em Pernambuco, aumentando no século XVII. Segundo Câmara Jr. (1976, p. 30-31), os escravos acabaram aprendendo o português pela necessidade de se comunicar com os senhores, mas também se adaptaram à língua geral, que era a mais falada entre os colonos. De 1502 a 1860, foram introduzidos cerca de 3.600.000 africanos, de origem variada e em períodos diversos, Câmara Jr. (1976, p. 30-31). Assim, a complexa relação linguística no Brasil iniciou-se fundamentalmente entre o português de várias regiões de Portugal, as diversas línguas africanas, as diferentes línguas indígenas e a língua geral.

Com as atividades econômicas do século XVII, houve um considerável aumento no número de portugueses que emigraram ao Brasil para se aventurar nos centros em expansão, como bandeirantes. Por um lado, o papel destes foi fundamental na expansão territorial e na disseminação da língua geral, bem como pelo contato com o castelhano das missões no sul. Por outro, foi responsável pela diminuição das populações indígenas, e com elas a importância de suas línguas em seus territórios.

Pode-se notar que a ocupação territorial caminhou paralelamente com as atividades econômicas em cada período. Assim, no século XVI, restringiu-se ao litoral do nordeste e sudeste, com o ciclo do pau-brasil e da cana de açúcar. No século XVII, houve o ciclo do ouro em Minas Gerais e ao longo do rio São Francisco, bem como a criação de gado no: sertão nordestino, sul de Minas Gerais e sul de São Paulo, e a criação de búfalos ao longo do rio Amazonas. No século XIX, a importação do gado zebu contribuiu para a o aumento das áreas dedicadas à pecuária no nordeste e centro-oeste; houve a expansão no oeste paulista com o ciclo do café; e um aumento na ocupação da bacia amazônica com a extração da borracha. Dessa forma, a variedade das atividades econômicas em períodos diferentes, em contato com povos de procedências distintas, bem como as grandes diferenças geográficas, contribuíram para uma variedade dialetal na língua, ainda que houvesse um traço comum dado pela língua geral.

A predominância do uso do português no Brasil em relação à língua geral começou a ocorrer a partir da segunda metade do século XVIII e se consolidou definitivamente no início do século XIX, com a instalação da família real e da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Por meio de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

um decreto do Marquês de Pombal, em 17 de agosto de 1758, a língua portuguesa tornou-se o idioma oficial do Brasil, proibindo-se o uso das demais línguas, inclusive a língua geral. Entretanto, quando foi decretada a obrigatoriedade do uso do português, os falantes brasileiros já haviam incorporado traços característicos da língua geral, com mais de dois séculos de utilização. Ademais, a língua portuguesa passou a conviver no Brasil em um mesmo espaço com variedades que em Portugal não tinham esta relação direta, pois, ali conviviam como dialetos de regiões diferentes. Estes aspectos certamente contribuíram para diferenças específicas entre o português brasileiro e o europeu. Segundo Teyssier (1997, p. 95-96), no final do século XVIII, o brasileiro aparece no teatro português como uma personagem cuja característica é a peculiaridade de seu falar.

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, no Brasil, houve a rápida transformação do Rio de Janeiro em Capital do Império que trouxe novos aspectos para as relações sociais da, até então, colônia. Logo de início, Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural, e dando à língua, no solo americano, um instrumento direto de circulação. Estes fatos certamente contribuíram para que o português se tornasse uma língua de prestígio no Brasil, favorecendo-a como a língua nacional do Império quando da independência, e a língua oficial do Estado Brasileiro desde então. Nesse período, a influência do inglês cresceu, dadas as relações com a Inglaterra, e as atividades comerciais e construção civil exercidas pelos ingleses. Entretanto, a língua da cultura ainda era o francês, exercendo grande influência sobre o português.

Como reflexo das revoluções europeias ocorridas, tais como a revolução industrial e a expansão napoleônica; especialmente no século XIX, o Brasil passou por várias mudanças sociais e políticas, que atuaram na cultura e na língua. O processo de independência do Brasil é uma das consequências da influência do nacionalismo europeu transplantado ao solo da América. Após a independência política houve um grande número de discussões sobre a gramática da “língua nacional”, que abriu espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição do conhecimento sobre o português no Brasil. Desta maneira, marcou-se uma variedade da língua portuguesa proveniente de sua relação com as condições brasileiras, cuja história de convivência com outras línguas como as indígenas, a língua geral, as africanas, bem como a convivência com as línguas europeias e veiculares de cultura: o francês, italiano, inglês e a-

lemão, a modificou de forma específica.

Com as mudanças ocorridas no século XIX, o tráfico de escravos africanos diminuiu, até cessar por volta de 1850. As grandes extensões territoriais a ser povoadas no sul do Brasil, a necessidade de mão-de-obra para as lavouras e as políticas racistas do século XIX de “branqueamento” da população, facilitaram o processo de imigração, principalmente de europeus, não somente no Brasil, como também em outros países americanos, tais como Chile e Argentina. Assim, além das línguas indígenas autóctones e das africanas, completa-se o quadro geral do multilinguismo com a chegada dos emigrantes europeus e asiáticos, sobretudo a partir do século XIX. Segundo a Wikipédia¹, o processo de imigração deixou fortes marcas de mestiçagem e hibridismo cultural, que foi mais intenso no Sul e Sudeste do país.

De acordo com Kreutz (2000, p. 351), a partir de 1824, formou-se a primeira corrente imigratória com os alemães, seguida de 1.513.151 italianos, que vieram a partir de 1870, 1.462.111 portugueses, 598.802 espanhóis, 188.622, japoneses, 123.724 russos, 94.453 austríacos, 79.509 sírio-libaneses, 50.010 poloneses e 349.354 de diversas nacionalidades. Segundo a Enciclopédia de línguas no Brasil², devido à imigração do século XIX, houve influências no português brasileiro de línguas como: alemão e seus dialetos, árabe, castelhano e demais línguas da Espanha, hebraico, holandês, iídiche, inglês, italiano e seus dialetos, japonês, as línguas eslavas, novas variantes do português europeu. Já no século XX, além da continuidade da maioria das correntes migratórias, houve também, entre outros, a entrada do chinês, coreano e do castelhano da América, bem como das variantes africanas do português.

Com relação à imigração galega no Brasil, segundo Corbacho Quintela (2002), foi muito numerosa entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX. Inicialmente os imigrantes foram enviados à formação de colônias agrícolas no Pará e Amazonas, cujo fracasso os destinou às cidades de Manaus, Belém e Salvador, como também à Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. A influência galega no português brasileiro deu-se principalmente no léxico. Por exemplo, a palavra *galego*, no Brasil, designa um indivíduo muito branco e loiro, pois assim eram os primeiros imigrantes galegos em relação à população lo-

¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

² <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>

cal.

Para Teyssier (1997, p. 98): “as divisões ‘dialetais’ no Brasil são menos geográficas que socioculturais”. Pois, de acordo com Mattos e Silva (1999), o fato é decorrente da conjunção da história demográfica brasileira, o tipo de transmissão linguística irregular, ao longo dos séculos XVI ao XIX, e a quase ausência de escolarização.

Deste modo, o português brasileiro resultou, conforme Mattos e Silva (1999), do contato entre falantes do português europeu com os falantes das línguas indígenas autóctones, os das *línguas gerais indígenas*, com os das várias línguas africanas e, a partir do século XIX, com os falantes dos mais diversos grupos de imigrantes, que ainda continuam a chegar e na língua hão de imprimir alguma característica. Os variados percursos que envolvem não só a língua portuguesa, mas todas as demais constituíram e continuam a constituir o português brasileiro dentro de um complexo contexto multilinguístico.

4. O léxico português e galego

Assim, a constituição do léxico português e galego foi o resultado da acumulação e seleção do vocabulário que se formou gradualmente ao longo de séculos, influenciado por diferentes condições socioculturais e sociolinguísticas. Se por um lado, em uma língua a massa lexical é o produto de uma seleção que, no transcurso do tempo, o registro culto e literário se encarrega de realizar. Por outro, apesar do léxico português e galego proceder em grande parte do latim, também se caracteriza por uma relativa heterogeneidade produzida por elementos que já a língua dos conquistadores romanos teve que incorporar, bem como as demais aquisições, principalmente germânicas e árabes, pelo processo contínuo de recepção de empréstimos que, a partir, especialmente, da aparição do galego-português na sua forma escrita, chegaram com maior ou menor intensidade à língua atual.

Segundo Ferreiro (2001, p. 13-14), pode-se considerar o latim como elemento fundamental, cuja adaptação da estrutura fonológica e morfológica aos termos populares criou os padrões lexicais dos atuais português e galego. Diante do latim, o substrato de línguas autóctones da *Gallaecia* não modificou seus aspectos fundamentais, tendo maior influência na toponímia, e no nome de utensílios, animais e plantas. Por exemplo, em português: *lastra* (ferida), *veiga* (várzea fértil), *robalo* (variedade de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

peixe), *beijo*, *buraco*, *berço*, *bugalho* (fruto do carvalho); e no galego: *morea* (conjunto de objetos), *rodaballo* (variedade de peixe), *burato* (“buraco”), *billa* (“torneira”), *berce* (“berço”), *croio* (“seixo”), procedem das línguas anteriores ao latim. Desse modo, a história dos atuais português e galego tem como um marco importante a romanização da *Gallaecia*.

Acredita-se que o léxico latino era formado pelo latim vulgar frente ao latim literário, que na *Gallaecia* devia apresentar diferenças em relação ao latim das demais regiões da península. Diversos fatores, como a cronologia da romanização (a *Gallaecia* foi romanizada dois séculos depois que a Bética), a sua situação marginal em relação à România, assim como as influências da Bética, a zona romanizada mais conservadora da Hispânia, apontam para características particulares de um latim vulgar galego-português que, segundo Piel (1989, p. 55-60), no campo lexical se manifesta com traços próprios. As diferenças regionais do latim e a sua evolução se acentuaram com a desintegração do Império Romano a partir do século V d.C. e a criação de unidades políticas autônomas, bem como com as migrações de povos suevos, vândalos, alanos e, posteriormente, visigodos, que estabelecerem o seu domínio na Península Ibérica. Segundo Bassetto (2001, p. 142-143), devido ao subjugo dos povos suevos pelos visigodos, é difícil atribuir a influência, exercida por aqueles, mas, sabe-se que certas estruturas morfológicas são herança direta dos visigodos, tais como os sufixos *-arde*, *-ardo* e *-engo*. Para Teyssier (1997, p. 21) a influência dos suevos e visigodos se sobressai no léxico em determinados campos semânticos, tais como os da guerra: *guerra*, *roubar* e *espiar*; da indumentária: *fato* e *ataviar*; nomes de animais: *ganso* e *marta*; na antropônimoia: *Fernando*, *Rodrigo*, *Gonçalo*; e na toponímia: *Guitiriz*, *Gondomar*, *Sendim*, *Guimarães*.

Posteriormente, no século VIII, com a formação do Império Árabe houve uma grande influência lexical, pois são arabismos as palavras do galego: *azucré* (“açúcar”), *aceite* (“óleo”), *acelga*, *alfinete*, *alfombra* (“tapete”) e a interjeição *oxalá* (proveniente de “*in sha Alah*”); e as palavras do atual português, no qual, segundo Saraiva (1999, p. 34), são numerosos para designar produtos hortícolas: *açafrão*, *acelga*, *açúcar*; termos relacionados com a água: *alcatruz*, *chafariz*, *azenha*; e ligados ao comércio: *armazém*, *arroba*, *quilate*; ligados à ciência: *álcool*, *algarismo*, *álgebra*. Entretanto, as diferenças linguísticas e culturais contribuíram para a superposição do romance galego-português sobre o moçárabe durante a Reconquista. Convém lembrar que no galego não há pratica-

mente arabismos que não apareçam ao mesmo tempo em português, em castelhano, ou até mesmo em ambas, sugerindo que tenham entrado no galego por via destas.

Segundo García (2003), a presença de palavras de origem provençal é bem menor do que seria de se esperar, apesar da longa convivência do português com essa língua, concentrando-se, basicamente, em vocábulos relacionados com a vida nas *cortes*, tais como: *balada, estandarte, homenagem, jogral, vassalo*. Como também, algumas de uso mais geral: *alegre, anel, artilharia, salitre, rouxinol, hospedagem e viagem*. Logo depois da aparição do galego-português na forma escrita, no final do século XII, já eram registrados os primeiros empréstimos de galo-romance, pelos contatos com as peregrinações, a presença de ordens monásticas de origem francesa e ainda pela influência francesa na corte portuguesa; e do provençal, da importância de sua literatura no movimento trovadoresco galego-português. No final do período medieval, foram documentados também os castelhanismos, principalmente nas traduções de obras castelhanas, que influenciarão diretamente o galego a partir dos Séculos Escuros. Segundo Teyssier (1997, p. 88), da metade do século XV até o final do século XVII, constatou-se um bilinguismo luso-espanhol não só na corte portuguesa, mas também na literatura da época, fator este que certamente produziu forte influência no desenvolvimento da língua portuguesa de prestígio. No caso da Galiza, deve-se levar em conta a sua condição sociolinguística diglósica desde a Idade Média, favorecendo o castelhanismo. O período dos descobrimentos marítimos e a ascensão de Portugal como potência europeia, favoreceu uma posição de destaque à língua portuguesa e também trouxe uma grande contribuição ao seu léxico, bem como ao léxico galego e de outras línguas da Europa, enriquecendo-as, dado o contato com produtos, povos, culturas e línguas diferentes, procedentes das regiões mais diversas: África, Ásia, América e Oceania. De acordo com Teyssier (1997, p. 86), nesse período também houve uma nova injeção de palavras árabes provenientes do Norte e Leste da África e do Oceano Índico.

A importância do latim e do grego literário na aquisição de cultismos acentuou-se no século XVI e XVII no período do Renascimento, momento no qual, também houve uma forte influência do italiano nos campos literário, artístico e linguístico. Os autores adeptos do movimento Renascentista recriaram os recursos de ampliação vocabular nos moldes dos clássicos antigos. Assim, segundo Silva (2004), encontram-se exemplos em Luís Vaz de Camões: *Tágide*, significa ninfa do Tejo, pelo latim

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Tagus, -i + sufixo -ide, variante de -ida: *Iliada*, *Eneida* e *Os Lusíadas*, que indica filiação. A título de ilustração, na Grécia Antiga era comum o patronímico, assim como no mundo germânico. No mundo ibérico, formou-se o patronímico com o sufixo -ici, que significa “relativo ao que foi gerado”, cuja terminação -i é um genitivo. A evolução dessa forma veio a dar, em castelhano e galego, por influência, -ez, que manteve a designação *filho de*, como em: *Fernández*, *González*, *Rodríguez*; e em português -es, em: *Álvares*, *Gonçalves*, *Henriques*.

Já a partir do século XVIII a cultura francesa exerceu grande influência na Europa e suas colônias, assim como sua importância como língua franca. Daí muitas palavras virem para o português e galego por veiculação do francês. Por exemplo, no português há: *restaurante*, *greve*, *bombom*; e no galego: *chamínea*, *champanha*, *modista*. Segundo Teyssier (1997, p. 91), no português os empréstimos provenientes de outras línguas europeias “foram e continuam a ser numerosos”, principalmente do francês, influência que já se nota no português desde a sua origem, mas que se intensificou a partir do século XVIII. Paralelamente à importância do francês, no século XIX já era de se notar uma influência do inglês, sobretudo britânico, em várias áreas, como, por exemplo, no campo de jogos e esportes com palavras como *bridge*, *futebol*, *handebol* no português e no galego com *fútbol* (“futebol”), *handicap* (competição na qual se impõe desvantagens ou obstáculos aos melhores participantes) e o decalque *baloncesto* (“bola ao sexto”). Depois da Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século XX, a grande influência da cultura francesa veio a ser substituída pela estadunidense, tornando-se o inglês, a língua veicular do período. Dessa influência há em português: *delivery* e *lobby*; e em galego: *autostop* (“carona”) e *barbacoa* (“churrasqueira”).

Sabe-se que, na área da música, o italiano sempre exerceu uma grande influência, principalmente com o advento das grandes óperas. Mas, é interessante notar que, na nomenclatura musical, continua a exercê-la, pois muitos dos instrumentos e aparatos musicais de uma orquestra têm seu nome proveniente do italiano: *celo*, *címbalo*, *violoncelo*; como também, os compassos temporais de uma partitura: *presto*, *andante*, *piano*.

No campo da nomenclatura técnica e científica, a formação de palavras novas baseou-se nas raízes do latim e do grego para designar termos e conceitos provenientes das ideias geradas pelos séculos XVIII ao XX, continuando a formação de palavras por meio de termos eruditos, como por exemplo: *telefone*, *automóvel*, *televisão*, *endocrinologia*. Segundo Teyssier (1997, p. 91), “o vocabulário do português enriqueceu-se,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como o de todas as línguas europeias, com um número considerável de termos que designam conceitos e objetos relativos à civilização científica e técnica.”

Por outro lado, no Brasil, houve também influências importantes das línguas indígenas e africanas. De acordo com Amaral (1920, p. 35-41), a influência indígena recebida pelo português no Brasil é predominantemente de origem tupi, centrando-se na imensidão vocabular, como a nomenclatura de topônimos: *Canindé, Pacaembu, Butantã*; fenômenos naturais: *piracema, pororoca*; nomes de animais: *sucuri, suçuarana, tamanduá*; nomes de vegetais: *abacate, carnaúba, ipê*; utensílios: *arapuça, peteca, samburá*; alimentos: *pamonha, pipoca, paçoca*; adjetivos: *pangaré, jururu, pururuca*; crendices: *saci, caipora, curupira*; e doenças como *catapora*. Para García (2003), a influência africana é pequena e nota-se, principalmente, no léxico brasileiro, tal como ocorre com palavras de uso da religião: *macumba, mandinga, candomblé, babalaô e orixá*; na nomenclatura de comidas: *tutu, angu, cachaça e vatapá*; utensílios: *agogô, samba, maracatu e ganzá*; nomes de doenças: *calombo e calundu*; objetos de uso pessoal: *carimbo, miçanga e tanga*; animais: *camundongo e marimbondo*; plantas: *chuchu, jiló e quiabo*; locatícia: *mocambo, quilombo e senzala*; designação pessoal: *moleque, mucama, e dengo*.

Convém notar que, para Mattos e Silva (2002), a designação de novos objetos e descobertas criaram palavras novas e diferentes, nas distintas regiões: em Portugal, no Brasil, como também na Galiza. Por exemplo: *ônibus* (Brasil), *autocarro* (Portugal) e *autobus* (Galiza); *trem* (Brasil), *comboio* (Portugal) e *tren* (Galiza); *bonde* (Brasil), *eléctrico* (Portugal) e *tran* (Galiza); *geladeira* (Brasil), *frigorífico* (Portugal) e *neveira* (Galiza). Segundo Mattos e Silva (2002), ocorrem, com frequência, no português brasileiro, derivações a partir de radicais que existiam já na antiga língua da metrópole, mas que ainda não haviam desenvolvido suas possibilidades léxicas, por exemplo: *vaquejada* (rodeio) proveniente de *vaquejar* (lidar com vacas) que é uma derivação de *vaca* com o sufixo *-ejar*; *corneta* (touro ou vaca com um único corno) proveniente de *cornu* por analogia com *maneta* e *perneta*; *ruivor* (claridade avermelhada que fica no horizonte depois do pôr do sol) proveniente de *ruivo* calcado sobre o modelo de *verdor*; *vaqueirama* (reunião de vaqueiros) proveniente de *vaqueiro* calcado sobre o modelo de *moirama* (reunião de mouros); *retirante* (quem emigra das regiões castigadas pela seca) que é uma derivação do verbo *retirar* com o sufixo *-nte*.

Sabe-se, então, que os empréstimos sempre foram numerosos no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

desenvolvimento do português e do galego. Entretanto, o léxico do português e do galego não sofreu apenas o processo de empréstimo de outras línguas, mas, sobretudo, sofreu processos internos, complexos e fundamentais de ampliação e modernização, por meio da formação de palavras e pela modificação semântica das já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.
- CÂMARA JR., J. Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CORBACHO QUINTELA, A. Os periódicos dos imigrantes espanhóis. In: *Proceedings of the 2. Congresso Brasileiro de Hispanistas*, 2002, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/>
- FERREIRO, M. *Gramática histórica galega*. Noia: Laivento, 2001.
- GARCIA, A. S. Português do Brasil: questões de substrato, superstrato e adstrato. *Soletras*, 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/soletras/4/indice.htm/>
- GONZÁLEZ M., E. E. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 239-271.
- KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. et alii (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p 347-370.
- LORENZO, R. Breve historia da lingua galega. In: *Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN*. Salvador: ABRALIN, 1994.
- MARIÑO PAZ, R. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.
- MATTOS E SILVA, R. V. *A língua portuguesa em perspectiva histórica: Do português europeu para o português brasileiro: algumas questões*. Salvador: ABRALIN, 1999.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *O português brasileiro*. Página do Instituto Camões. 2002. Disponível em: <http://www.instituto-camões.pt/cvc/hlpbrasil/index.html>

MONTEAGUDO, X. H. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

PIEL, J. M. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Sintra: Europa-América, 1999.

SILVA, A. C. *Presença do latim clássico*. In: VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/cnlf/8/index.html>

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.